

O Liberalismo Econômico no Brasil

VAMIREH CHACON

Duas contradições básicas minam o liberalismo econômico brasileiro, desde suas origens: uma contradição teórica e outra prática, embora ambas se interpenetrando. A saber: nossos liberais econômicos eram, geralmente, conservadores políticos; e sua defesa do "laissez-faire" ocorria numa situação sócio-econômica onde já campeava o intervencionismo estatal. Eis o que nos propomos a provar, ao longo destas páginas, usando material esquecido e nunca utilizado para êste fim.

Selecionemos as figuras mais representativas do pensamento econômico brasileiro, no século XIX, para comprovação da tese: o Visconde de Cairu, de importância notória; Pedro Autran da Matta Albuquerque, durante décadas pontífice máximo da teoria econômica professoral, doutrinando a partir da Faculdade de Direito de Olinda/Recife; Karl von Koseritz, grande líder liberal teuto-gaúcho; e Henrique Millet, um dos engenheiros franceses, da Missão Vauthier, que ficaram no Brasil. Incidentalmente, outras figuras serão também analisadas.

José da Silva Lisboa mereceu, há pouco, breve porém percuciente estudo de autoria de Antônio Paim ⁽¹⁾. Concordamos com suas linhas gerais; a elas desejamos acrescentar aqui alguns retoques.

Cairu tentou ser um clássico brasileiro, bisando entre nós a façanha de Smith, Ricardo e Malthus, mais que a de Jean-Baptiste Say, o qual só depois acabaria predominando no Brasil, trocando em miúdos latinos as elucubrações anglo-saxôni-

cas dos seus inspiradores. Para Cairu, Smith era o “mui principal Mestre na Economia Política”. Daí que “A Economia Política (também ao seu ver) só se propõe o promover (sic) a *Riqueza das Nações*, e não a dos indivíduos, que depende de casualidades e circunstâncias...” (2).

Embora considerando a “*Sciencia Economica*” “hum ramo de Jurisprudencia”, não lhe faltava aquêlê raciocínio geométrico ricardiano, conforme o apontou Nogueira de Paula (3). E para fugir a qualquer acusação de determinismo, procurou talvez maliciosamente justificar a smithiana “mão invisível”, com as citações do Antigo Testamento... Passando em seguida à análise das tais “causas da riqueza das nações”, não numa paráfrase de Smith, porém de qualquer modo ao longo das linhas clássicas do valor-trabalho, apontadas por Paim, desemboca inevitável defesa do “livre comércio”, à qual hoje chamaríamos “livre competição” ou “concorrência”.

Entretanto, no meio do seu otimismo clássico, o Visconde logo percebeu a impossibilidade de tudo simplificar: a “fertilidade do paiz, e benignidade do clima”, a localização geográfica (“situação vantajosa para as comunicações interiores, e exteriores”), a ausência de escravidão (“civil, doméstica, e de gleba”), a estabilidade política, a Paz e “Alliança e amizade com as Nações mais adiantadas em civilização, e riqueza”, contribuem igualmente para a prosperidade coletiva... Não se tratava, portanto, de alguém hipnotizado pela magia estrangeira. Tanto assim que Cairu chega ao ponto de abordar, embora com prudência, o que atualmente classificaríamos de Reforma Agrária: “Divisão das terras, proporcionada, mas não excessiva, sem obstáculo e aquisição por tôdas as classes com o menor possível número de que se dizem *Bens Vinculados*, *Baldios*, e de *Mão-Morta*, quanto seja compatível com a Constituição do Estado”. Não que houvesse nisto qualquer implicação coletivista, e sim que, evidentemente, a presença do Estado teria de ocorrer na Economia, mais cedo ou mais tarde, aos olhos de Cairu, um tanto descrente da onisciência e onipotência da Mão Invisível... (4).

Embora almejando um crescimento orgânico, através da

“acumulação de fundos”, dentro da capacidade de poupança de uma sociedade, conforme sua “demanda efectiva” (tema malthusiano depois tão ampliado por John Maynard Keynes), não cessa de voltar os olhos para a ação governamental, proclamando a irrelevância das formas políticas, por mais que a monárquica lhe pareça adequada (“Não he por boa ou má Constituição, que os homens são bons, ou máos, industriosos, ou inertes, ricos, ou pobres. Se assim fosse, os Reinos da Christandade seriam Corpos Politicos só compostos de justos, sabios, e opulentos; pois que todos devem viver guardando o *Decalogo*, o qual, por assim dizer, he a Constituição das Constituições”) (5). Palavras que, noutra boca menos austera, poderiam até soar como irônicas... No final das contas, Cairu sabia que só ao Estado competia *prover*, e não só *prever*, ao Bem Comum; nas suas próprias palavras: “... o Soberano deve prover que se faça o devido trabalho, particular e publico, com o mais livre, extenso e lucrativo emprego possível das pessoas e capitaes, em maneira que jamais falte occupação honesta a quem offerecer serviço...”. E, noutro trecho, quase insinuando a inexistência de um direito natural de propriedade: “... nenhum individuo pode reclamar o seu de um modo inteiro, absoluto e sem restricção, porque toda propriedade só se forma, mantem e accumula pela instituição de Governo, que assegura por lei e força publica a posse de qualquer coisa a seu dono e, portanto, com razão se pode dizer que qualquer propriedade, em grande parte, é obra do mesmo Governo e, em consequência, deve ser subordinada ao interesse da comunidade” (6).

Estranhas palavras na boca de um discípulo de Smith e Ricardo...

O difícil lhe parecia indicar os caminhos para uma eficaz e construtiva intervenção estatal; o que não nos deve surpreender, pois também Malthus vislumbrou a necessidade de aceleração do incremento da demanda efetiva, sem contudo perceber seu melhor programa, só depois retomado e desenvolvido por Keynes. O principal é que o Visconde brasileiro chegava igualmente aos implícitos pressupostos dos quais o próprio Keynes muito depois partiria.

No caso de Cairu, outro fator se somava à sua confiança, anti-clássica britânica na teoria, porém realisticamente brasileira na prática, no papel do Estado: José da Silva Lisboa cêdo se acostumou a olhar o nosso país de cima para baixo, a partir do belvedere político-administrativo da Côrte. Assim êle via, claramente, os perigos anárquicos no bojo de um liberalismo precipitado, o qual incendiava, vez por outra, nossas províncias, servindo de veículo para a expansão de faccionalismos locais. Daí a repulsa de Cairu aos abusos da Revolução francesa, a “nefanda Revolução” nas suas próprias palavras, ao traduzir uma coletânea de pronunciamentos de Edmund Burke contra os desmandos em consequência de 1789. Donde as referências explícitas de Cairu ao “Mal Francez”, com sua “Propaganda dos *Falsos Direitos do Homem*”. Era sintomática a escolha: entre Paris e Londres, José da Silva Lisboa ficava com a Grã-Bretanha e sua “Glorious Revolution” de 1688, vin-da mais para salvaguardar e prosseguir, que para revolver e arrebentar. Pois, ainda com Burke, “A Revolução da França foi em tudo o avêso da Revolução da Inglaterra...”. “Não se tratou jamais na Gran-Bretanha de mudar as Ordens do Estado, nem arruinar o Governo...”. “A dizer propriamente a verdade, e a real substancia das cousas, não se fez revolução verdadeira, mas prevenio-se que ella se fizesse com as convulsões, que as revoluções trazem consigo”.

Assim, por mais que o tradutor insistisse não propor “este resumo como Symbolo de Fé Política, e nem ainda como perfeito modelo de composição de literatura”, mesmo assim “et pour cause” lhe seria possível concordar com o traduzido, quando escrevia: “Não sou inimigo de reformas. Quasi em todas as deliberações, em que fui Vogal no Parlamento, desde o primeiro dia, em que nelle tive assento, o meu principal negocio foi *justa reforma*; empenhando-se em corrigir abusos velhos, ou resistir a novos. Mas, em minha opinião, *reformer não he fazer em pedaços a architectura do Estado*...⁽⁷⁾”.

Ora, as ótimas medidas de “social change”, de origem liberal, não eram acompanhadas por um “social control” capaz de realizá-las, criando outra organização para substituir a iníqua, conforme se viu nas quase anárquicas rebeliões da Re-

gência, até o Poder Central adquirir bastante força, a ponto de recuar numa direção conservadora.

Diante do seu fracasso, muitíssimos foram os liberais que aderiram, naquele esquema tão bem analisado por José Honório Rodrigues, ao estudar sua traição ao Liberalismo em arranjos de cúpula, às expensas das massas ludibriadas⁽⁸⁾. Por isto já Rui dizia, ainda sob o Império, que o Liberalismo teria de ajustar suas contas com os liberais, antes de fazê-lo com os conservadores...

Numa semelhante circunstância objetiva, não constitui surpresa a posição da teoria econômica professoral doutrinada nas duas únicas faculdades de Direito de então, onde era trienada a elite política e administrativa do país. Nelas pontificava Pedro Autran da Matta Albuquerque, com seus numerosos livros e intensa atividade nos jornais, mais que qualquer outro mestre. Autran era, aliás, uma figura com contradições ainda maiores que as de Cairu: o Catolicismo bíblico, humanista e tradicional dêste, diferenciava-se da fidelidade canônica e romana daquêle. Por outras palavras, enquanto o Catolicismo de Cairu era funcional, integrando sua “Realpolitik”, o de Autran se apresentava litúrgico e apostólico, mais romano que brasileiro.

Pois êste mesmo Autran — intransigente adversário público do Socialismo de Antônio Pedro de Figueiredo e do Evolucionismo de Tobias Barreto — escrevia também longos estudos de Economia Política, a tônica principal de sua obra. Logo de saída, êle afetava desideogizar sua atividade científica, porém, não se controlando, cêdo derrapava na política: “A Economia Política he uma sciencia de observação porque registra os factos, expõe as suas causas e mostra a harmonia dos interesses; bem differente do *socialismo* que he um systema, parto de intelligencias superficiaes, que só encherção desordem no mundo moral, e querem por isso uma nova organização social, muito embora seja despojado o homem do don mais precioso — a sua liberdade”.

E prossegue, numa sintomática insistência, esforçando-se em distinguir Comunismo e “comunhão”: “a comunhão consis-

te no gozo dos bens que a Providencia nos fornece gratuitamente". "Em fim o communismo he a negação da propriedade e o espolio pois consiste em dar a um, sem compensação, o trabalho do outro". (Sic). A sinuosa argumentação de Autran baseava-se no fundamento, mais calvinista que católico, que a colaboração ou a fraternidade nunca poderia substituir, ou predominar, sobre o egoismo e a competição. Donde concluía: "A propriedade funda-se, pois na justiça, e o comunismo na injustiça". Assim, as crises não passariam de fenômenos passageiros, efêmeros, do contrário seriam "*enfermidade chronica*", produto de "algum vicio profundo na ordem social", ao qual Autran discretamente se exime de analisar... (9).

Seu entusiasmo pela "Mão Invisível" teima em emergir sempre, ao longo doutras obras; numa delas, dá um salto, ignorando tôdas as objeções potenciais, e afirma peremptório, querendo liquidar de uma vez a questão: "De todo espedido fica provado a toda a luz, que a *liberdade* do commercio é o que ha de mais *justo*, e mais *util* para as nações". Seu simplismo se apresenta tão crasso que chega ao ponto de proclamar ser o livre-cambismo o melhor método para a industrialização interna de um país tradicionalmente importador... E, por consequência da sua paráfrase católica dos clássicos econômicos britânicos, o Conselheiro coroa a sua obra com unção apostólica, recomendando a esmola como solução (ao seu ver sinônima de Caridade...) (10).

É óbvio que semelhante doutrina, pregada por um ultramontano inimigo de nomes tão prestigiosos entre os estudantes quanto Antônio Pedro de Figueiredo e Tobias Barreto, não podia despertar simpatias por parte dos jovens. Mas assegurava uma inegável ascendência no seio dos caturras. Alguns professores lhe reconheciam, publicamente, débitos intelectuais; outros terminavam descobertos pelos estudantes, que os acusavam de não o fazê-lo com honestidade. É o caso de Lourenço Trigo de Loureiro, atacado publicamente pelo quartoanista Antônio da Rocha Viana, que desmascarou os plágios perpetrados por êle, sobre a obra de Autran, além de copiar Scialoja, John Mill, Rossi, Chevalier, Ricardo e Malthus, alinhando, com uma pá-

gina defronte da outra, o comportamento do mestre que, por sinal, se atrevera a reprová-lo... (11).

Sem dúvida houve liberais, nas cátedras de Economia em Olinda/Recife e São Paulo, ao modo de Aprígio Guimarães, que procuravam ser mais coerentes, sem, ao mesmo tempo, recusar uma abertura para as idéias novas, post-liberais, ao modo do Socialismo, mesmo dito utópico, já então em ascensão. É o caso das simpatias ainda de Aprígio pelo Saint-Simonismo (12), por exemplo, possibilitando-nos a sintetizar as posições de ambos: Autran era um liberal que olhava para trás, tentando podar o Liberalismo em proveito da ortodoxia de Trento, e Aprígio mirava em frente, ao procurar completar o Liberalismo com novas formas de Socialismo que se concilhassem com a Liberdade. Enquanto o primeiro cerrava fileiras ao lado de Dom Cardoso Ayres e do Monsenhor Pinto de Campos, contra o General Abreu e Lima, companheiro de lutas de Bolívar na Grã-Colônia e primeiro autor de um livro sobre Socialismo no Brasil (13), o segundo participava da Questão Religiosa em favor dos maçons, sob o pseudônimo de "Fábio Rústico".

E, mais recentemente, Gilberto Freyre sublinhou a importância metodológica de Aprígio, em delinear uma predecessora divisão das ciências naturais e culturais, bem antes do surto néo-kantista (14). Porém isto é algo que não cabe aqui, sendo mais oportuno acompanhar as reações dos liberais brasileiros diante da intervenção estatal e dos seus condicionamentos.

Um liberal combativo e prático, do porte do ilustre teuto-gaúcho Carl (ou Karl) von Koseritz, também se viu a braços com o problema. Partindo do pressuposto habitual do valor-trabalho, embora protestando seguir mais a um tal Maximiliano Wirth que a Adão (sic) Smith, Koseritz evitava, também prudentemente, desembocar nas conclusões tiradas por Marx a partir de Ricardo; para Koseritz, as teses de Godwin, Saint-Simon, Fourier, Louis Blanc, Blanqui, Owen, Marx e Engels, reunindo tôdas estas heterogêneas posições sem distinguí-las, não passavam do "sonho comunista, que desperta o riso ao homem pensador" (sic). Para Koseritz, o caminho seria o Cooperativismo de Schultze-Delitsch, ao seu ver "um verdadeiro

apostolo da humanidade, que deu pelas associações de socorro mutuo entre os operarios, uma solução prática, às utopias de Babeuf, Saint-Simon, Fourier, Considérant, Proudhon e Luis Blanc.

“A solução de tôdas as teses da Economia Política será algum dia a *produção e o consumo comuns* por meio dessas associações acompanhadas pela abolição de todas as peias que ainda prendem a liberdade absoluta do indivíduo e da comunhão universal (15).

Era a voz do “quarente-huitard” alemão, foragido tão jovem no Brasil (6).

Donde não vacilar em fazer a correlação com sua própria experiência: “O que mata o trabalho é o monopólio e os socialistas de 1848 trocavam simplesmente as ideias ‘monopólio’ e ‘capital’ erro funesto que em junho de 1848 custou rios de sangue á França” (17).

Tratava-se, portanto, também de um liberal olhando para a frente, êste Koseritz. Tanto assim que não vacilou em defender os incentivos estatais à nascente industrialização brasileira, numa época onde estavam em pleno curso os debates em torno das teses protecionistas de Mauá e livre-cambistas de Tavares Brito, sob o argumento que, “Por mais rude, pouco civilizada e pobre que seja a população de uma região fabril, jamais será intelectualmente tão atrasada como os servos da Rússia e da Polónia ou grande parte dos lavradores alemães”. E, num esforço de conciliação, “como toda a escola liberal do país, somo absolutos adversários de toda a intervenção do Estado na indústria”, embora reconhecendo que “Se ha absoluta necessidade de socorros officiaes á industria, é ainda mais admissivel conceder o Estado subvenções directas, empréstimos ou mesmo dadivas de capital, do que onerar os consumidores com pesadissimos direitos de consumo em unico beneficio dessa ou daquela industria”. (...)

O que interessava, em síntese, a Koseritz, era ajudar às indústrias por assim dizer ajudáveis, e não às “indústrias im-

próprias ou artificiaes”, situando-se assim numa posição intermediária diante do intervencionismo e do “laissez-faire” (18).

Era o que ditavam a prudência e a objetividade.

E nenhum dos economistas brasileiros, do século XIX, as teve mais que Henrique Milet, um dos engenheiros franceses da Missão Vauthier, que ficaram no Recife em meados da centúria passada, ali se adaptando e constituindo família.

Em tese êle também era um “quarente-huitard”, melhor fundamento aliás que Koseritz, tendo emigrado para o nosso país depois de diplomar-se na Politécnica de Paris, tão quente da presença fourierista de Considérant. Na ação, porém, tornado senhor de engenho em Pernambuco, cêdo constatou as dificuldades concretas da nossa economia: “O Brasil não passa de uma grande oficina, organizada para o preparo exclusivo de cinco ou seis produtos — café, açúcar, algodão, fumo, borracha e subsidiariamente cacau. Depende do estrangeiro para todos os artefatos de consumo diário, e até para as principais substancias que formam a base de sua alimentação. Paga tudo isso com a sua exportação”. “Resulta, daí, que só por isso acha-se o Brasil na indeclinavel necessidade de tirar de seu solo tudo o que é indispensável á manutenção da vida civilizada. Para este fim, precisa desenvolver certas industrias alimentares, criar outras que não possui, e não pode fazê-lo sem recorrer, embora momentaneamente, a uma proteção energica directa ou indirecta”. E numa denúncia frontal contra o dogma liberal do livre-cambismo, aceitando a tese de List e Carey: “Muitas nações devem achar-se em analogas circunstancias e, em suma, a doutrina do *Free Trade* só é favoravel aos fortes”.

Não que Milet subestimasse a inflação (“O *Deus dinheiro* não é infinito; é limitado por essencia, como os produtos que representa: aumentar-lhe a quantidade, sem que cresça a das transações, só serve para diminuir-lhe o valor”), e sim que percebia as implicações da decadência da agricultura açucareira nordestina, minada pelo crescente movimento de emancipação dos negros, pela falta de um capital desinteressado em proventos a longo prazo e urgindo pela industrialização, no

seu tempo nordestino necessária apenas ao nível de transformação da cana em açúcar propriamente dito ⁽¹⁹⁾.

A prática, que condicionava estas teorias, consistia na insuficiência de poupanças voluntárias que alimentassem à agricultura, e não só à indústria, nacionais, para não falar em implantação de uma urgente infra-estrutura no país. Assim as crises do Império tinham suas causas ora no excesso de crédito, causando frenéticas especulações (“encilhamentos”), ora em restrições gradativas que terminavam sufocando o processo de expansão da Economia.

O crescimento era desordenado, às vezes mesmo caótico, resvalando em autênticos colapsos da Bolsa, em 1835, 1851, 1857 e 1864. Tornou-se uma mania popular apostar no Desenvolvimento brasileiro, disputando-se ações, com fúria às vezes inaudita, à medida que elas subiam freneticamente, e, de súbito, caíam em vertical, porque o mercado dos produtos era muito limitado e o país não dispunha de exportações que possibilitassem o financiamento contínuo das inversões, num “sustained growth”.

Para avaliar-se a periódica euforia, alternada com decepções, basta lembrar o *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, em 28 de maio de 1854:

“Ao jogo, cidadãos! Ao jogo, ao jogo em pleno dia, ao jogo na praça pública, ao jogo sem receio da polícia, ao jogo legal, comercial, industrial e moral.

“Ao jogo, cidadãos, ao jogo! Abandonai o comércio, abandonai vossos empregos, abandonai todos os interesses de vossa vida, e da sociedade. O comércio! Isso é um ronceiro *cabriolet*, quando se trata de locomotivas em ágio.

“À praça, portanto, cidadãos! Já soaram as nove da manhã; nada de perder-se tempo. Quem sabe se a esta hora não se fará alguma transação fabulosa? Devorai o almôço, devorai o caminho, devorai o tempo. Entrai de roldão, acotovelai os vossos competido-

res, arregalai os olhos, afinai os ouvidos, preparai o bote. A como estão as ações? A cento e vinte; é pouco. A cento e oitenta; bom! O preço já é tentador. A duzentos e dez; oh! Deus! Quem sabe ainda o que virá. A duzentos e vinte; bravo! Não é possível que parem aí! Mas até lá, meus amigos, até o *dies irae* da reação, não se perca tempo. Banco comercial, banco hipotecário, banco nacional, estrada de Mauá, iluminação a gás, ponta d'Areia, navegação do Paraguai, tudo serve; podem representar no baralho da especulação como damas, valetes ou reis.

“Se ainda precisardes de mais alguma empresa para distração da partida que jogais, não vos faltam os títulos pomposos, embora não passem daí. Lançai uma estrada de ferro desde São Cristóvão até o Pará; desmontai as cachoeiras de São Francisco e o entupi desde a foz até a nascente com os clipers e os ericsons; fundai um banco, dois mais, de desconto, de hipotecas, tudo que quiserdes, porque o nome nada tem com a instituição em si. Iluminai o Corcovado, o Pão de Açúcar, a Gávea; e se a vossa imaginação vos falar ao cabo destes projetos gigantescos, fundai um hospital para as vítimas do ágio no dia supremo das atribulações.

Era o delírio.

De repente, a bancarrota.

Bastava qualquer sinal de desconfiança, naquela euforia coletiva, para tudo ruir, de surpresa. Às vezes o sinal vinha de fora, havia notícia de crise nos Estados Unidos, rebentada em outubro de 1857, e só conhecida no Brasil no mês seguinte. New York não era ainda o centro do sistema capitalista mundial, e sim Londres. A crise situava-se, portanto, na periferia. Na mesma época, na Grã-Bretanha, o comércio era bem florescente e a importação do ouro da Califórnia e da Austrália continuava no mesmo ritmo. Contudo, bastava mesmo uma crise na periferia, para lançar o pânico, desde que, aqui, todo

o mundo já andava com a pulga na orelha. O meio circulante brasileiro elevava-se de 50.281 contos, em 1847/48, a 85.821 em 1857/58. A inflação, que financiava o Desenvolvimento, sofria periódicas e súbitas retrações, no momento em que se descobria, ou desconfiava, a extensão crescente do perigo. Ocorriam, então, a corrida aos bancos e a venda em massa de ações; ruia a especulação, para recomeçar logo em seguida. No meio de tantos trancos, era difícil, senão impossível, construir algo sólido e duradouro. Num dos impactos, até Mauá, o nosso maior empresário da época, acabou tragado.

O Governo imperial não ficava de braços cruzados. Designava comissões de inquéritos, com quesitos exatos a responder, tais como, em 1859:

“Como se operam as transações de câmbio, na praça do Rio de Janeiro?

“Os sacadores regulam-se sempre nas operações de câmbio, pelos valôres das mercadorias que exportam, ou fazem verdadeiras operações de crédito, sacando por conta do que ainda não têm remetido, ou à vista de cartas de crédito de seus correspondentes?

“A concorrência dos bancos de emissão pode aumentar a quantidade de notas além do que comportam as necessidades das praças comerciais, ou a circulação das notas de uns não faz mais do que substituir as dos outros?

“Existem associações que operam como bancos, sem que seus estatutos estejam aprovados pelo governo?

“Quais são elas e onde funcionam?

A comissão — composta por José Carlos de Almeida Areias, Antônio José de Bem e José Maurício Fernandes Pereira de Barros — respondia, em 30 de abril de 1860. No seu relatório, concluía que se efetuavam saques “A descoberto, aproveitando a baixa do câmbio na esperança de remeterem depois por melhor câmbio”. “Por especulação, havendo antes tomado a câmbio alto os saques oferecidos, ganhando a di-

ferença entre o curso do câmbio porque se constituíram tomadores, e aqueles porque sacam”, “contra créditos”, “por gêneros exportados ou próximos a exportarem-se”, etc., numa total desordem do sistema de comércio exterior. Contudo, relacionando-se a flutuação dos preços dos principais gêneros de exportação, nos anos de crise e nos que os precederam e seguiram, constata-se que não sofreram alterações violentas (20).

Até mesmo as flutuações do volume físico de exportações não eram tão radicais que justificassem o inopinado das crises internas brasileiras. A explicação principal estava mesmo na desorganização do mercado brasileiro de capitais, que se prolongou espetacularmente até a República, nos famosos anos do Encilhamento.

O governo respondia com restrições de crédito; a Economia do país contraía-se, tornando a expandir-se sob pressão das crescentes necessidades internas. Souza Franco, ministro da Fazenda, após a crise e consequente retração de 1857, reclamava: “O nosso país cresceu em riqueza, e tem prosperado muito; e, aumentadas as transações, elevados os preços, maior quantidade de moeda é necessária. E quem há de suprir?”.

Não adiantava limitar, mecânicamente, o volume de emissões. Outros fatores inflacionários se somavam, inclusive o retôrno subreptício de capital dos traficantes ilícitos de africanos, que abandonavam o proibido e perigoso negócio, tanto mais rendoso, quanto menos parceiros tinha.

Os nossos liberais debatiam-se desesperadamente neste oceano de contradições, sem nunca o racionalizar à altura das necessidades brasileiras. Apesar de tudo, Cairu foi o mais objetivo; é bem verdade que, no seu tempo, os problemas eram menos complexos, porém os liberais, tanto quanto os conservadores, que chegavam ao Poder não passavam em geral, de praxistas do quotidiano. Os doutrinários ou aceitavam as regras da rotina, ao modo de Sales Tôrres Homem, ou não iam muito longe politicamente: basta que se lembre o exemplo de Tavares Bastos. O ensino de Economia — em Coimbra, Olinda/

Recife e São Paulo — também não ajudava esta racionalização. Nem a opinião pública era bastante madura para exigir um debate mais profundo.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

(1) — *Cairu e o liberalismo econômico*, Edições Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1968.

(2) — *Estudos do Bem-Comun e Economia Política ou Sciencia das leis naturaes e civis de animar e dirigir a geral industria e promover a riqueza nacional e prosperidade do Estado*, Rio de Janeiro na Imprensa Régia, 1819, pp. XIV e XV. Amaro Cavalcanti considera este livro o melhor de Cairu (vide *Elementos de Finanças*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1896, p. 33).

The Wealth of Nations de Adam Smith fôra traduzida, no Brasil, em plena época de Cairu e sob sua influência, por Bento da Silva Lisboa, seu filho, com o título *Compendio da obra da Riqueza das Nações*, Rio de Janeiro na Imprensa Régia, 1811-1812, em três volumes.

(3) — Comentário à edição dos *Princípios de Economia Política*, comemorativa do bicentenário do nascimento de Cairu, Pongetti, Rio de Janeiro, 1956, p. 52.

(4) — *Estudos do Bem-Comun*, ob. cit., pp. 13-26.

(5) — Idem, pp. 20 e 15.

(6) — *Princípios de Economia Política*, ob. cit. pp. 121, 174, 175, 190, 191, 263 e 276.

(7) — *Extractos das obras politicas e economicas do grande Edmund Burke*, segunda edição mais correta, Lisboa: em a Nova Imprensa da Viúva Neves e Filhos, 1822, pp. III, 4 e 2.

(8) — Em *Vida e História*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966, p. 141, e *Conciliação e reforma no Brasil*, mesma editôra, 1965, passim.

(9) — *Tratado de Economia Política*, Typographia Universal, Recife, 1859, 1º vol., pp. VI, 141-143 e 224-226. O 2º vol. data de 1860. Estranhamente, o autor publicou, no mesmo ano, ainda no Rio, através de B.-L. Garnier, uma 2ª edição das *Prelecções de Economia Política* que repetem, com aliterações entre-meadas, idêntico texto.

(10) — *Manual de Economia Política*, Typ. Litteraria, Rio de Janeiro, 1880, 2ª edição correta e quase tôda aumentada, pp. 261, 260, 274, 278 e 279.

(11) — *Breve exposição do occorrido no meo acto do 4º anno na Faculdade de Direito de Pernambuco e uma justa retribuição ao illustrissimo sr. dr. Lourenço Trigo de Loureiro*, Bahia: Typographia e Livraria de E. Pedroza, 1856. Exemplar a nós revelado pelo Prof. Mário Baptista, da mesma Escola. Com efeito, a comparação dos textos, da p. 63, é realmente escandalosa. Trata-se de plágio grosseiro.

(12) — Provei-as, em pormenores, no meu livro *História das Idéias Socialistas no Brasil*, Livraria Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965, pp.

(13) — Também analisado na minha obra, antes referida, pp.

(14) — Em *Sociologia (Introdução aos seus princípios)*, Livraria José Olympio, Rio de Janeiro, 1957, 2º vol., pp. 327, 328 e 421. O autor refere-se aos *Estudos de Economia Política para uso das Faculdades de Direito do Brasil*, com prefácio de Clóvis Beviláqua, livro concluído em 1876, coligido em 1879, porém só editado póstumamente em 1902, na Tipografia d'A Província.

(15) — *Resumo de Economia Nacional especialmente aplicado ás circunstancias actuaes do paiz*, Typ. do Jornal do Commercio, Porto Alegre, 1870, pp. 15, 92, 93 e 96.

(16) — Pena que só haja, até agora, um mero esboço biográfico deste grande vulto liberal: *Karl von Koseritz*, por José Fernando Carneiro, Caderno do Rio Grande, Porto Alegre, 1959.

(17) — *Resumo de Economia Nacional*, ob. cit., p. 142.

(18) — Idem, pp. 112, 113, 401 e segs.

(19) — Vide *O meio circulante e a questão bancaria*, Typ. do Jornal do Recife, 1875, p. 112; *Os quebra-kilos e a crise da lavoura*, na mesma tipografia, no ano seguinte, pp. 74 e 75; e *O artigo notavel e a Questão Monetaria*, ainda pelo Jornal do Recife, 1878, pp. 47, 54 e 55.

Vide também as intervenções de Milet nos *Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife em outubro de 1878 compreendendo os documentos relativos aos factos que o precederam colligidos e publicados integralmente por deliberação do mesmo Congresso pela Sociedade Auxiliadora da Agricultura em Pernambuco*, Typ. de Manoel Figueiros & Filhos, Recife, 1879.

(20) — Cf. o *Relatorio da Comissão nomeada por Aviso de 10 de outubro de 1859*, Typ. Nacional, Rio de Janeiro, 1860, passim.